



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
XIV Legislatura – 2.ª Sessão legislativa

ATA NÚMERO QUARENTA E UM

Aos sete dias do mês de outubro de 2020, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território**, na sala cinco do Palácio de São Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª Parte

Audição da **Agência Portuguesa do Ambiente (APA)**, a [requerimento do Grupo Parlamentar PS](#), a propósito das *descargas poluentes no rio Vizela (Skype)*

2.ª Parte

Audição conjunta, a [requerimento do Grupo Parlamentar do PS](#), sobre a *utilização de biomassa florestal para produção de energia elétrica e térmica e sobre impactes ambientais de centrais a biomassa*, das seguintes entidades:

- Associação de Produtores de Energia com Biomassa (Skype)
- Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (presencial)

Presenças: Alexandre Quintanilha (PS), Bruno Coimbra (PSD), Filipe Pacheco (PS), Hugo Martins de Carvalho (PSD), Joana Bento (PS), Joana Lima (PS), João Moura (PSD), José Manuel Carpinteira (PS), José Maria Cardoso (BE), Luís Graça (PS), Mariana Silva (PEV), Nelson Basílio Silva (PAN), Nelson Peralta (BE), Nuno Miguel Carvalho (PSD), Paulo Leitão (PSD), Raquel Ferreira (PS), Ricardo Pinheiro (PS), Diana Ferreira (PCP), Emídio Guerreiro (PSD), João Dias (PCP), João Gomes Marques (PSD), Miguel Matos (PS)

Faltas: Hugo Patrício Oliveira (PSD), Hugo Pires (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS), Joacine Katar Moreira (NINSC), João Gonçalves Pereira (CDS-PP), Luís Leite Ramos (PSD), Rui Cristina (PSD)

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta em http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20201007_1_VC.mp3
http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20201007_2_VC.mp3



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 2.ª Sessão legislativa

pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Senhor **Presidente da Comissão, Deputado José Maria Cardoso**, abriu os trabalhos, cumprimentando os Senhores **Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Nuno Lacasta, e Vice-Presidente Pimenta Machado**, bem com os membros da Comissão e demais presentes.

Enquadrou o motivo desta audição conjunta no âmbito dos requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PS a propósito das descargas poluentes no Rio Vizela, após o que Senhor **Presidente da Comissão** cedeu a condução dos trabalhos ao **Vice-Presidente da Comissão, Paulo Leitão**, que convidou o Senhor **Deputado Luis Soares (PS)** a apresentar o respetivo requerimento.

Terminada essa apresentação, teve lugar a exposição inicial do **Presidente do Conselho Diretivo da APA**, que começou por apresentar os representantes da APA presentes por videoconferência, fazendo de seguida uma breve síntese do que tem sido a intervenção da Agência na bacia hidrográfica que abrange o rio Vizela. Caracterizou a ETAR de Serzedo, sintetizando também as condições das licenças de descarga para o meio hídrico emitidas pelo organismo a que preside e as exigências de funcionamento de que depende a referida ETAR.

Interveio depois o **Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA, Pimenta Machado**, que explicou as várias operações desenvolvidas pela APA desde 2015. Referiu a ação articulada entre as várias entidades competentes, designadamente dos cinco municípios envolvidos e organismos da administração central do Estado. Assinalou que o confinamento recente, com especial destaque para o pico de 18 de julho, conduziu as condições de descarga se agravassem. A APA tem procurado assegurar que a qualidade da água do rio Vizela é garantida, mediante o acompanhamento constante da bacia e vigilância das indústrias, e articulação com a entidade gestora para evitar picos de concentração. Relativamente à proposta de construção de um emissário, a APA demonstrou inteira disponibilidade para analisar o projeto que vier a ser submetido.

Seguiu-se intervenção dos Senhores **Deputados Luis Soares (PS), Emídio Guerreiro (PSD), José Maria Cardoso (BE), Diana Ferreira (PCP) e Nelson Silva (PAN)**.

Os oradores convidados, começando pelo **Vice-Presidente** e depois o **Presidente do Conselho Diretivo da APA**, usaram o tempo colocado à sua disposição para esclarecer as questões endereçadas pelos membros da Comissão.

Tiveram lugar intervenções, para esclarecimento, dos Senhores **Deputados José Maria Cardoso (BE), Emídio Guerreiro (PSD)** e pelo Presidente em exercício, **Deputado Paulo Leitão**.

O Senhor **Vice-Presidente da APA, Pimenta Machado**, respondeu sucintamente aos pedidos de esclarecimento apresentados, após o que o Presidente em exercício agradeceu a participação de todos nos trabalhos e concluiu a audição.



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 2.ª Sessão legislativa

Depois de uma breve pausa, o Senhor **Presidente da Comissão, Deputado José Maria Cardoso**, retomou a condução dos trabalhos, dando início à **audição conjunta** no âmbito do requerimento apresentados pelo Grupo Parlamentar do PS sobre a utilização de biomassa florestal para produção de energia elétrica e térmica e sobre impactes ambientais de centrais a biomassa.

Coube a apresentação do requerimento ao Senhor **Deputado Miguel Costa Matos (PS)**.

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Associação de Produtores de Energia com Biomassa, Prof. Carlos Alegria**, que começou por apresentar uma declaração prévia que solicitou que constasse da ata.



Audição com 11ª
Comissão dia 7.10.21

Seguiu-se a exposição do Senhor **Presidente Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, Dr. Vitor Poças**, que começou por afirmar que considera que as Centrais de Biomassa não são viáveis com material residual. Do seu ponto de vista, continuar a sua subsidiação significa uma gestão ruínosa de bens públicos, em termos ambientais e em termos económicos, com efeito nulo no combate a incêndios florestais. Representa uma eficiência técnica de 35%, contribui muito para agravar défice tarifário. Gestão florestal sustentável não é obtida por esta via, fortes impactos na qualidade do ar e do ruído. Por outro lado, manifestou uma opinião favorável a centrais de co-geração, para injetar na rede para fins industriais. Contrariamente, centrais acima de 5 MWs nunca serão viáveis em Portugal. Em vez de serem um contributo para a redução de carga de combustível nas florestas, introduzem mais concorrência no sector das madeiras, de forma subsidiada, dificultando ainda mais o acesso dos empresários do sector à matéria prima. Por último, apresentou como alternativa uma proposta de alteração da forma de financiamento das Centrais, fazendo anexação à limpeza da floresta.

Interpelaram os oradores convidados, por esta ordem, os Senhores **Deputados Miguel Costa Matos (PS), João Moura (PS), Nelson Peralta (BE), João Dias (PCP), Nelson Silva (PAN) e Mariana Silva (PEV)**.

Na última ronda, prestaram esclarecimentos os Senhores **Presidentes das Associação de Produtores de Energia com Biomassa e Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal**.

Não se registando intervenções adicionais, o Presidente da Comissão agradeceu a participação de todos nos trabalhos e deu por concluída a audição.



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 2.ª Sessão legislativa

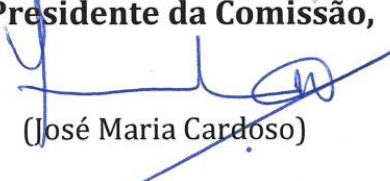
O Senhor Presidente colocou à consideração dos Senhores Deputados o pedido do Governo para pedido de audição das personalidades indigitadas para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ERSAR, formulado pelo Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, por a mesma incumbir a esta Comissão, nos termos do artigo 231.º RAR.

Foi sugerido como data para a realização da audição a próxima quarta-feira, dia 14 de outubro, da parte da manhã, colhendo a concordância de todos os presentes.

Devendo esta audição ser seguida, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto (Lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo) de parecer fundamentado da comissão competente da Assembleia da República, a elaboração de relatório foi distribuída ao GP PSD, que indicou o **Vice-Presidente Deputado Paulo Leitão** como relator.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por concluída a reunião pelas doze horas e trinta minutos dela se lavrando a presente ata.

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)

IG